

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 21/01/2019

- [Central de Depoimento Acolhedor recebe visita de secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado](#)
- [Capacitação profissional de adolescentes que vivem em abrigos é tema de projetos em debate no Senado](#)
- [Proposta cria Programa de Prevenção à Gravidez Precoce](#)
- [Adoção - Vara da Infância bate recorde pelo 3º ano seguido, no DF](#)
- [MPPE recomenda a Jupi ampliar rede de educação infantil a fim de reduzir superlotação em creches](#)
- [Portaria disciplina e amplia utilização do Depoimento Especial no TJSE](#)
- [Adolescentes da Funase visitam museus e pontos turísticos do Recife](#)
- [Lixo eletrônico ganha vida nova em ONG que promove capacitação de jovens](#)

**Assunto: Central de Depoimento Acolhedor recebe visita de secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado**

**Fonte: Tribunal de Justiça de PE**

**Data: 21/01/2019**



**Desembargadores Stenio Neiva e Luiz Carlos Figueiredo e o secretário Sileno Guedes**

O coordenador da Infância e Juventude de Pernambuco, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, recebeu, nessa quinta-feira (18/1), a visita do secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado, Sileno Guedes. O objetivo da visita foi conhecer o trabalho desenvolvido pela Central de Depoimento Acolhedor, localizada na Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica), localizado no 1º andar do prédio, próximo as 1ª e 2ª Varas de Crimes contra a Criança e o Adolescente. Participou também do encontro o desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Stenio

Neiva.

As Centrais de Depoimento Acolhedor (CDAs) são espaços criados para que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam ouvidos em juízo, de forma protetiva e não revitimizante, em uma sala com um ambiente acolhedor, especialmente projetada para esse tipo de escuta. Legalmente, são órgãos auxiliares de prestação de serviço público relevante e especializado, vinculadas às unidades judiciárias em todo o Estado de Pernambuco. Além disso, desenvolvem um conjunto de serviços de cunho administrativo e especializado de prevenção e assistência às vítimas e testemunhas e a seus familiares.

Desde maio de 2010, a primeira CDA, a do Recife, criada em parceria com a Childhood Brasil, realiza entrevistas em procedimentos judiciais de todo o estado de Pernambuco. Na prática, crianças e adolescentes são ouvidos por profissionais devidamente especializados em técnica científica de coleta de testemunho. Hoje encontram-se em processo de expansão pelo interior de Pernambuco. Além do Recife, os municípios de Camaragibe, Caruaru e Petrolina dispõem dessas salas.

**Serviço Itinerante** – Em 13 de novembro de 2018, o TJPE inaugurou o serviço itinerante de depoimento acolhedor de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de crimes. A inauguração do primeiro veículo usado nesse tipo de atividade ocorreu na comarca de Goiana, no Fórum Desembargador Nunes Machado Filho.

Para o prestar o serviço de forma itinerante, um ônibus, doado ao TJPE pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE-PE), foi customizado pela Diretoria de Infraestrutura e pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal com a mesma estrutura das salas de Depoimento Acolhedor instaladas nas comarcas de Recife, Camaragibe, Caruaru e Petrolina. O veículo possui recepção, secretaria, sala de audiência tradicional e sala de depoimento especial decorada ludicamente e com sistema de gravação em vídeo e áudio. A Coordenadoria da Infância e Juventude acompanhou todo o processo de desenvolvimento do projeto com suporte da Diretoria Geral do TJ pernambucano.

<b>Assunto: Capacitação profissional de adolescentes que vivem em abrigos é tema de projetos em debate no Senado</b>
--

<b>Fonte: Agência Senado</b>
------------------------------

<b>Data: 21/01/2019</b>
-------------------------



A capacitação profissional de adolescentes que vivem em abrigos é objeto de alguns projetos em debate no Senado. É o caso do PLS 190/2017, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que aguarda decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE); do PLS 439/2018, da senadora Marta Suplicy (MDB-SP), em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS); e de uma proposta sugerida pelo senador José Medeiros (Pode-MT), no relatório final da CPI dos Maus Tratos (CPIMT). A reportagem é de Marcela Diniz, da Rádio Senado. Ouça o áudio com mais informações.

<b>Assunto: Proposta cria Programa de Prevenção à Gravidez Precoce</b>
<b>Fonte: Agência Câmara</b>
<b>Data: 21/01/2019</b>



O Projeto de Lei 10813/18 cria o Programa de Prevenção à Gravidez Precoce. O objetivo é prevenir a gravidez e doenças sexualmente transmissíveis na adolescência por meio de debates e de campanhas educativas.

A proposta, da deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas - Lei 8.742/93).

“Quando a escola promove explicações e ações de formação sobre educação sexual, há uma baixa probabilidade de gravidez precoce e um pequeno índice de doenças sexualmente transmissíveis”, diz a autora.

Segundo o Ministério da Saúde, meninas com idades entre 10 e 20 anos respondem por 25% dos partos feitos no país.

#### **Tramitação**

O projeto tramita na Câmara dos Deputados e terá análise conclusiva das comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Assunto: Adoção - Vara da Infância bate recorde pelo 3º ano seguido, no DF**

**Fonte: CNJ**

**Data: 21/01/2019**



Em 2018, 91 crianças e adolescentes que viviam em instituições de acolhimento no Distrito Federal conquistaram um novo lar. Trata-se do terceiro recorde consecutivo em relação à quantidade de adotados por famílias do cadastro local e nacional na Vara da Infância e da Juventude (VIJ-DF). Em 2017, foram acolhidos em adoção 88 meninos e meninas, o que já superava o valor total de 2016, de 77.

Além do aumento geral, foi verificado crescimento expressivo na adoção de grupos de irmãos – de 13, em 2017, para 18, em 2018 – e de adolescentes – de dois para oito –, no mesmo período. “Temos que celebrar continuamente os bons resultados e ao mesmo tempo, sem qualquer acomodação, fortalecer e ampliar as estratégias psicossociais e jurídicas de atuação para que mais adoções aconteçam”, destaca o supervisor da Seção de Colocação em Família Substituta (SEFAM/VIJ-DF), Walter Gomes. Ele destaca a necessidade de reforço de ações voltadas, principalmente, à adoção de pré-adolescentes, adolescentes, grupos de irmãos e daqueles com problemas complexos de saúde, bem como para que novas famílias se habilitem com perfis desejados mais flexibilizados.

### **Novas famílias**

Em artigo, o supervisor da SEFAM/VIJ-DF defende que os novos números já refletem uma mudança gradativa no perfil clássico da adoção, em que a preferência dos adotantes recai em crianças recém-nascidas, saudáveis e sem irmãos. “Não que tal perfil tenha deixado de ser majoritariamente pleiteado pelas famílias habilitadas, mas o que vem sendo sistematicamente demonstrado, não só no Distrito Federal, é a eclosão de uma nova modalidade de candidatos à adoção, uma ampliação da representação do(a) filho(a) desejado(a)”, explica. Para o servidor, o novo recorde é resultado da cadeia de esforços envolvendo múltiplas instâncias e atores da VIJ-DF. Soma-se a isso o incremento legislativo ao instituto da adoção. Sancionada no final de 2017, a Lei 13.509 estabeleceu novos procedimentos e protocolos técnicos, com ênfase na celeridade dos processos de adoção e de habilitação, além do encurtamento de prazos de reavaliação técnica de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional. Ainda foi assegurada maior segurança jurídica às gestantes e mães que desejam entregar uma criança em adoção com a garantia do sigilo.

De acordo com Walter Gomes, modificações no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também contribuíram para o alcance do resultado. A nova versão do CNA/CNJ, em operacionalização desde maio de 2018, trouxe melhorias tanto para magistrados que atuam no âmbito da Justiça Infantojuvenil e às suas respectivas equipes psicossociais, como para os requerentes inscritos. “Uma ferramenta mais operacional, que tem se tornado indispensável à promoção de adoções mais céleres, em maior número e com elevada taxa de sucesso”, diz.

O terceiro fator elencado pelo supervisor é a atuação complementar dos grupos de apoio à adoção no DF: “O trabalho de suporte oferecido por eles é em grande medida determinante para a superação de crises e intercorrências inerentes ao processo de construção de laços parentais entre adotantes e adotandos e, ao final, para a consolidação da adoção”.

### **Ainda à espera de um lar**

A maioria dos disponibilizados para adoção nos cadastros locais e nacional são crianças de faixas etárias avançadas, sendo predominantemente pré-adolescentes (10 a 11 anos) e adolescentes (12 a 18 anos incompletos). No Distrito Federal, há 127 aptos a serem acolhidos por novas famílias. Desse total, 68% são pré-adolescentes e adolescentes (86). Quanto aos grupos de irmãos, eles somam 22, envolvendo 61 crianças e jovens, praticamente 50% do cadastro de adoção do DF. “O encontro afetivo entre famílias habilitadas e essas crianças e adolescentes disponibilizados para adoção é o grande desafio abraçado diariamente por psicólogos e assistentes sociais”, completa Walter Gomes.

**Assunto: MPPE recomenda a Jupi ampliar rede de educação infantil a fim de reduzir superlotação em creches**

**Fonte: MPPE**

**Data: 21/01/2019**



Para assegurar o direito à educação das crianças de zero a três anos que moram na cidade de Jupi, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao prefeito, Antonio Patriota, e à secretária de Educação, Josefa Patriota de Oliveira, adotarem as medidas necessárias para ampliar a oferta de vagas nas creches e pré-escolas municipais. Hoje o município disponibiliza em torno de 300 vagas em creches, mas a população de até três anos é superior a 1.100 crianças.

“O município, mesmo com a aprovação de projeto de construção de uma creche para 188 crianças em tempo integral ou 376 em dois turnos, não conseguirá cumprir a meta de atender 50% da população de zero a três anos até 2020, estabelecida no Plano Municipal de Educação”, ressaltou a promotora de Justiça Crisley Tostes.

Outro ponto preocupante que foi constatado pelo MPPE é a superlotação na creche Tia Dora, no centro da cidade, que passou por inspeção da Promotoria de Justiça de Jupi no dia 5 de dezembro de 2018. De acordo com a promotora de Justiça, o espaço recebe três vezes mais crianças que o recomendado, o que “inviabiliza o funcionamento da creche e acarreta riscos para as crianças”.

Ao lado da creche Tia Dora existe outra unidade, a creche Marta Moura, que deveria ter sido reformada até setembro de 2018, mas cujas obras ainda não começaram. A fim de garantir que essa adequação seja realizada e que cerca de 90 crianças possam ser realocadas para essa creche, o MPPE recomendou ainda que a conclusão da reforma aconteça em até 45 dias; outras medidas que o município deve adotar são a aquisição de mobiliário, utensílios e materiais para as duas unidades e a adequação do quadro profissional para manter as unidades em funcionamento.

**Assunto: Portaria disciplina e amplia utilização do Depoimento Especial no TJSE**

**Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude**

**Data: 21/01/2019**



O Presidente do TJSE, Des. Cezário Siqueira Neto, e a Corregedora-Geral, Des<sup>a</sup> Iolanda Guimarães, assinaram no dia 17 de janeiro, Portaria Normativa Conjunta nº 4/2019 GP1, que regulamenta o funcionamento do Depoimento Especial de crianças no Judiciário sergipano. Além de Aracaju, a partir de agora os depoimentos, também chamados de sem dano, serão realizados nos Núcleos Psicossociais no Estado, em Itabaiana, Lagarto, Estância, Propriá e Nossa Senhora do Socorro.

“A portaria descentraliza e disciplina a utilização das salas de Depoimento Especial e, para isso, já foram capacitados 15 entrevistadores forenses que realizarão as oitivas. Os magistrados também não precisarão mais se deslocar para a sala de depoimento e na data agendada pela Coordenadoria de Perícias farão as audiências por videoconferência. Também será alterada a portaria que trata de videoaudiência para a inclusão da utilização para os processos de adolescentes em conflito com a lei, já que a nova unidade socioeducativa terá uma sala apropriada”, explicou a Juíza Coordenadora da Infância e Juventude, Iracy Mangueira.

Para o Presidente do TJSE, a expansão da utilização do depoimento especial contribuirá para uma melhor proteção para as crianças vítimas. “As crianças serão atendidas em um ambiente adequado, próximo da sua comunidade. Além disso, esses processos, que são prioritários, terão a sua tramitação acelerada”.

O Desembargador José Antônio Daltoé Cezar do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, jurista especialista em Depoimento Especial e presidente da Abraminj, que acompanhou a assinatura da nova portaria, destacou que “Sergipe dará cumprimento à Lei 13.431 com a regionalização do serviço, dando condições das crianças serem atendidas adequadamente, como forma de proteção àquelas vítimas de violência”.

Segundo a Corregedora, Des<sup>a</sup> Iolanda, “a distribuição dos serviços de Depoimento Especial para os núcleos psicossociais possibilitará, com a estrutura adequada, uma tramitação mais célere, dando segurança e proteção para as crianças vítimas”, concluiu.

**Assunto: Adolescentes da Funase visitam museus e pontos turísticos do Recife**

**Fonte: Governo do Estado de PE**

**Data: 21/01/2019**



O mês de janeiro é marcado por diversas atividades alusivas às férias escolares. Na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), não tem sido diferente. Três unidades de semiliberdade da Região Metropolitana do Recife tiveram uma programação voltada para os adolescentes atendidos. Entre as atividades propostas, estão visitas a museus e a pontos turísticos da capital pernambucana. A participação nas atividades externas leva em conta critérios como o bom comportamento dos socioeducandos.



Na Casa de Semiliberdade (Casem) Santa Luzia, unidade que atende o público feminino, as socioeducandas foram contempladas com dois passeios: o primeiro, ao Museu da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), e o segundo, ao Espaço Ciência. Outra unidade que teve programações foi a Casem Areias. Cinco adolescentes foram ao Museu Cais do Sertão, no Recife, para aprender sobre a vida e obra de Luiz Gonzaga. Outros três socioeducandos que tiveram bom comportamento ao longo da semana participaram de um passeio na praia de Boa Viagem. Outros cinco adolescentes da unidade também tiveram a oportunidade de visitar o Parque Estadual Dois Irmãos com o objetivo de tirar dúvidas sobre o meio ambiente.

A Casem Olinda também realizou um passeio para o Espaço Ciência. Os socioeducandos participaram de atividades lúdicas e tiraram dúvidas sobre temáticas apresentadas no local. “Momentos como esses nas unidades ajudam o adolescente no cumprimento da medida socioeducativa. Muitas das atividades realizadas são inéditas para os jovens, mesmo estando previstas enquanto direito no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, eles estão tendo a oportunidade de conhecer outros espaços de convivência, cultura e lazer”, ressaltou a coordenadora técnica da Casem Areias, Martha Urquiza.

De acordo com a coordenadora técnica da Casem Santa Luzia, Tilda Mendes, momentos como esses nas unidades ajudam o adolescente no cumprimento da medida socioeducativa. “Os passeios extraescolares no período de férias proporcionam às adolescentes não apenas momentos de diversão, mas espaços constantes de aprendizado e cultura”, destacou. “As atividades de férias na Casem Olinda fazem parte da garantia do processo educativo. Os

resultados têm impacto positivo, oportunizando desenvolvimento e aprendizagem”, completou a coordenadora técnica da Casem Olinda, Joanna de Angelis.

**Assunto: Lixo eletrônico ganha vida nova em ONG que promove capacitação de jovens**

**Fonte: STJ**

**Data: 21/01/2019**



Com 18 anos recém-completados, Iasmym de Coldes Chaves já sabe que, no futuro, quer trabalhar com tecnologia. A certeza veio dos quatro anos em que participa da organização não governamental Programando o Futuro, com sede em Valparaíso de Goiás, no entorno do Distrito Federal. A entidade recebe jovens a partir dos 14 anos, em cursos gratuitos de informática, montagem e configuração de computadores e robótica.



Iasmym diz que sua vida "mudou totalmente" quando começou a fazer cursos na ONG Programando o Futuro.

“A mãe de uma amiga me falou que estavam dando curso de informática de graça. Eu fiz o primeiro curso e gostei, fiz o segundo e também gostei, aí já não queria mais ir embora.” Iasmym completou os cursos e começou a trabalhar na ONG como voluntária à tarde, depois da escola. Virou estagiária e, atualmente, trabalha com marketing digital e publicidade. Segundo diz, a experiência na entidade

“Eles dão o conhecimento e recebem em troca a certeza de que estão mudando a vida de um jovem, de uma família. A minha vida mudou totalmente. Quando cheguei aqui, eu não tinha um objetivo, não queria ser nada. Hoje eu tenho responsabilidade, tenho um rumo, sei o que eu quero fazer.”

### **Parcerias sustentáveis**

Os cursos e projetos promovidos pela ONG são possíveis graças aos seus parceiros e colaboradores. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já contribui com a entidade há cinco anos, seja doando equipamentos usados do próprio tribunal, seja por meio das doações feitas pelos servidores, que fornecem eletrônicos pessoais para descarte no posto de coleta instalado pela ONG.

Segundo o fundador da Programando o Futuro, Vilmar Simion, o STJ já doou cerca de 70 toneladas de eletrônicos. “Nosso primeiro posto de coleta de eletrônicos foi no STJ. Ele foi colocado em outubro de 2012. Toda semana, o posto enchia e a gente ia recolher. Foi esse

pontapé que abriu as portas para todas as outras parcerias que fizemos nos últimos cinco anos. Hoje, temos 43 postos. ”

### **Capacitação gratuita**

O material doado à ONG segue dois caminhos: se puder ser reaproveitado em um novo computador, o aparelho será montado e doado a entidades beneficentes; do contrário, passará por um processo de separação de resíduos e será encaminhado à indústria de reciclagem.

Três pilares sustentam a organização. O primeiro é a educação gratuita de jovens e adultos, por meio de cursos com duração de dois meses. O segundo é o condicionamento de computadores, que são doados a entidades beneficentes. Por fim, o terceiro pilar consiste na separação de resíduos para reciclagem.

“O que não serve para ser doado, entre materiais de informática ou outro tipo de eletrônico que não é possível reparar, passa por uma triagem, que é a separação por tipo de resíduo. A gente separa o plástico, o ferro, o cobre e encaminha para a indústria, que vai utilizar essa matéria-prima para fazer novos produtos. É o conceito de economia circular, em que nada se perde, tudo é reciclado”, explica a funcionária da ONG Jackeline dos Reis.

Ao final de cada curso, os alunos que se destacam têm a oportunidade de estagiar na ONG e podem, até mesmo, se tornar professor para capacitar outros estudantes. Assim, além da formação, esses jovens chegam ao mercado de trabalho com uma experiência prática que aumenta as chances de conseguir um emprego.

### **Sustentabilidade**

A sustentabilidade, definida no planejamento estratégico do STJ (Plano STJ 2020) como a adoção de políticas e práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, é um dos cinco valores institucionais do tribunal. A gestão socioambiental na instituição acontece por meio de ações internas, eventos e parcerias, como a que é mantida com a ONG Programando o Futuro.

O STJ conta com um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS/STJ), conjunto de atividades cuja finalidade é dar aos resíduos, de acordo com suas características, o destino final mais adequado. Os eletroeletrônicos descartados, por exemplo, são considerados materiais perigosos, e por isso necessitam de tratamento especial. Entram nessa categoria computadores, celulares, cartuchos de impressora e diversos outros equipamentos. Para lidar da melhor maneira com esses resíduos, o tribunal estabeleceu a parceria com a Programando o Futuro.

Por sua vez, a motivação da entidade – que está completando 18 anos – é que todos tenham acesso à tecnologia. E para isso foi criado um dos seus principais projetos: a Estação de Metarreciclagem. Surgido da necessidade de lidar com o lixo eletrônico, o projeto já beneficiou mais de 10 mil alunos com o uso de máquinas recicladas.

Um importante gesto de reconhecimento veio em 2017, quando a ONG foi convidada pelo Ministério do Meio Ambiente para apresentar na Organização das Nações Unidas (ONU) seu trabalho de excelência na gestão de lixo eletrônico.